

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

**Discurso do Presidente do Conselho Nacional de
Educação**

**Discurso de Sua Excelência o Presidente da
Assembleia da República**

**Palavras Finais do Presidente do Conselho
Nacional de Educação**

Discurso do Presidente do Conselho Nacional de Educação

Senhor Presidente da Assembleia da República, meu querido amigo e ex-presidente do Conselho Nacional de Educação, Prof. Barbosa de Melo, gostaria em primeiro lugar de lhe dar as boas-vindas a esta Sessão de Encerramento e agradecer-lhe muito ter aceite o nosso convite para, tal como no ano passado, encerrar este nosso seminário de dois dias.

Vou tentar enunciar o que me pareceram ser alguns dos temas fundamentais debatidos durante estes dois dias.

Ao discutir o tema base - *A Educação e a Comunicação Social* - discutimos muitas outras coisas debaixo deste grande chapéu de chuva. Falámos de educação-educação, de educação e cultura, de comunicação social e da sua relação com a sociedade, particularmente no que respeita à sua relação com o sistema político, tema central da primeira sessão do primeiro dia.

Daniel Proença de Carvalho, António Barreto e Pacheco Pereira identificaram um desequilíbrio neste sistema de comunicação social pesado, em evolução permanente, que não sabemos ainda que caminho vai percorrer nos próximos anos e onde vai parar. Porque traçamos algumas similaridades com o que se passa noutros países, temos ainda alguma dificuldade em descortinar até que ponto os meios de comunicação social no seu conjunto vão continuar a exercer este papel brutal - em ambos os sentidos - sobre o cidadão e sobre os comportamentos das pessoas. Este desequilíbrio que exige o tal diálogo

entre o sistema político e o sistema da comunicação social, e que molda um e outro, foi talvez o tema central da referida sessão.

Na sessão da tarde do primeiro dia este diálogo manteve-se, sobretudo na relação e aliança desejável entre a comunicação social, a escola e a família. Foi o tema central à volta do qual se desenrolou uma parte significativa da intervenção do Eng. Roberto Carneiro, comentada por Emídio Rangel e Jorge Wemans, que de uma forma ou de outra acabaram por encontrar alguns consensos.

Um outro debate muito aceso no primeiro dia relativamente à comunicação foi a discussão entre o que são níveis de informação e níveis de formação e o que é que da informação se transforma em formação, o que é que dentro do sistema de comunicação é verdadeiramente informação-formação e entretenimento e quais são os vários equilíbrios que dentro do sistema devem existir. Praticamente todos os intervenientes de ambos os dias sublinharam a enorme importância que a educação tem em todo este processo de formação do jovem enquanto cidadão e enquanto gestor daquilo que são todos os meios, todas as parafernálias postas à disposição do cidadão vulgar.

Também no primeiro dia passou uma outra mensagem extremamente importante, que é a forma como a educação responde a este peso crescente dos media e a importância que tem nessa resposta o chamado projecto educativo. Não é mais possível falar em educação em abstracto, é preciso perceber que dispomos de meios no que respeita à educação sobretudo dos educadores aglomerados e organizados nas escolas, e daquilo a que poderíamos chamar o projecto-escola e o projecto educativo que, não sendo o somatório dos projectos-escola, é

no fundo a ideia base que preside ao projecto educativo, no seu conjunto, e à própria política educativa.

Neste projecto educativo reforçou-se muito o problema da educação para os mass media, a forma de gerir todo este sistema múltiplo e a importância que a educação tem se se basear nos valores, se for um projecto educativo assente no homem, na exploração da sua capacidade para se realizar em termos individuais e enquanto elemento que trabalha e se integra numa colectividade.

Neste âmbito, verificámos que praticamente todas as intervenções acabaram por passar pela caixa mágica, que em termos dos meios de comunicação social domina hoje como meio privilegiado no que respeita quer aos aspectos benéficos, quer aos maléficos.

Uma área focada nas duas sessões de ontem, ainda, relaciona-se com o serviço público de televisão, nomeadamente em Portugal. O Eng. Roberto Carneiro sublinhou fortemente a importância do serviço público como uma das formas da televisão poder ter um contributo mais efectivo e continuado no papel da formação e da educação.

Neste segundo dia ressaltou como tema importante a área da Europa e a dimensão europeia, assunto a que todos aqueles que dentro do sistema educativo têm preocupações com o que se passa do lado de fora têm vindo a dar uma atenção especial. Aliás, os professores presentes neste seminário mostram que têm um interesse acrescido por estas questões. Saliente-se, sobretudo, a importância da educação na construção de uma Europa integrada mas assente num modelo de diversificação cultural, no conhecimento, na inteligência e nas pessoas. Estou cada vez mais convicto de que os sistemas - eles próprios

formados por pessoas - só são bons quando as satisfazem. Portanto, temos que em certa medida ser capazes de compreender os aspectos *macro* ao mesmo tempo que levamos em consideração aquilo que se passa no aspecto *micro*, neste caso o problema das pessoas.

No final do século XV, Erasmus dizia em alguns dos seus textos sobre educação que o ensino se deve professar em turmas, essas turmas devem ter o máximo de cinco a seis estudantes e o ensino deve ser feito tendo em conta que cada estudante é diferente do outro e por consequência não há uma turma de seis, há uma turma de um mais um mais um mais um... Cada um tem a especificidade que tem a ver com a sua própria língua, com a sua cultura e tradições, com os seus hábitos.

Em termos da Europa integrada mas diversificada, a visão do Professor Beneyto, que eu partilho, não é inteiramente pacífica, porque em contraponto a esta integração assente na diversificação também existe, mormente do lado da sociedade do consumo, uma tendência para a uniformização. As próprias redes de televisão estão imbuídas de algum desse espírito, apesar de pela primeira vez a Europa ter em curso um modelo de integração que não pressupõe a homogeneidade ou o uniformismo. Vejam-se os modelos anteriores ao longo da História, tentativas de integração e de uniformização por parte de Carlos Magno, Napoleão, Bismark ou Hitler.

Este esforço a desenvolver no sentido de consolidar um modelo assente na diversificação tem ainda um outro contraponto, que é o da homogeneização pelo lado da burocracia. Há um modelo de uniformização burocrática na Europa e eu penso que devemos ter grande consciência e sensibilidade para encontrar alguns pontos de combate. Não é por acaso que a seguir à cimeira de Edimburgo o

chanceler Kohl fez uma declaração célebre, que conduziu a algumas alterações na conduta da Comissão em Bruxelas relativamente a muitas das medidas uniformizadoras em curso na altura.

Uma outra área de preocupação aqui levantada foi a do papel da sociedade civil e dos cidadãos na construção da Europa e neste modelo diversificado. Pressupõe-se dar uma alta prioridade à educação, concessão que todos os governantes em todos os países fazem. A questão está em saber como é que esta prioridade é traduzida. É traduzida em prioridade do lado do sistema empresarial, na parte da formação? É dada nas políticas orçamentais? É dada nas políticas educativas "tout court"? É dada nas políticas europeias? Como é que nós traduzimos verdadeiramente a prioridade à educação? Como é que a prioridade das prioridades assume verdadeiramente prioridade, se me é permitida esta forma tão incorrecta de me exprimir? É um tema que temos que continuar a perseguir.

Os nossos debates, felizmente, são sempre inconclusivos, como é bom que sejam. Seria triste que ao acabar o seminário apresentássemos as conclusões, afirmando nada mais haver a discutir. Temos um vastíssimo campo de intervenção no Conselho e fora dele - a esmagadora maioria dos participantes deste seminário não são membros do Conselho - e esse é o nosso objectivo, proporcionar uma discussão aberta fora do Conselho e dos seus membros institucionais.

Tal como quando se termina uma tese, o nosso último capítulo remete para trabalhos futuros. E temos aqui trabalho futuro, temos várias linhas de desenvolvimento, vamos com certeza estar muito atentos aos textos das intervenções, vamos certamente trabalhar a partir deste seminário. Tentaremos encontrar algumas pistas de trabalho e de

reflexão dentro do próprio Conselho, algumas serão para nós próprios prosseguirmos, outras serão acções a desenvolver por outros parceiros e outras, ainda, serão para eventualmente implementar entre o Conselho e outros parceiros como as universidades, o Conselho Económico e Social, a Comissão Interministerial para o Emprego, o Ministério da Educação, uma Direcção-Geral, etc.

O país tem uma carência de debate em educação, sobretudo fora do contexto conjuntural. Ao fim de alguns anos no Conselho, inicialmente apenas como membro e nos últimos dois anos como presidente, a minha experiência diz-me que sempre que um tema é apresentado no Conselho fora do debate conjuntural tem sido possível encontrar um altíssimo máximo divisor comum entre as posições dos vários parceiros, que vão desde os partidos políticos aos sindicatos, professores, universidades, municípios, regiões autónomas, pais, estudantes, etc. Quando descrevo esta composição do Conselho, as pessoas ficam aterrorizadas e perguntam como é que o Conselho pode funcionar com toda esta controvérsia interna e com esta aparente contradição entre as várias posições. O certo é que tem sido possível, ao longo destes cinco anos, encontrar larguíssimas áreas consensuais, às vezes em temas extremamente delicados e que na opinião pública são colocados como temas sobre os quais os vários parceiros têm posições irreduzíveis.

Estou convencido de que o debate não pode ter só lugar dentro do Conselho, este tem a obrigação de o abrir ao exterior. Penso que é esse o mandato que me está cometido, procurar proporcionar um debate entre parceiros qualificados, alargando-o. Não é possível fazer debates no Pavilhão dos Desportos com duas ou três mil pessoas; mesmo

outros que possamos vir a organizar terão que ser feitos com esta dimensão máxima que uma acção deste género permite.

Vamos prosseguir. Tenho ideia de que com a possibilidade de dialogar com os vários parceiros e de ir encontrando pequenos acertos é possível fazer alguns pactos - passe a expressão! -, encontrar algumas posições que permitam que a educação seja retirada da arena política permanente em que está. Estou convencido de que não é tão difícil assim; será difícil sobretudo se não experimentarmos.

Vamos fazer uma avaliação deste debate. A quente, pareceu-me que esteve bem, isto é, os temas, os conferencistas, os tempos, etc., mas certamente poderemos fazer melhor numa próxima ocasião. Vamos obviamente continuar a contar com todos, não propriamente naquela ideia de que vamos ser sempre os mesmos, para não incorrerem no risco de provocar os "marginais do Conselho", que são aqueles que nunca vêm ao Conselho. Há um certo "turnover", vamos renovando, os que estiveram este ano não são exactamente os mesmos que estiveram no ano passado e no ano que vem ocorrerá certamente o mesmo.

Resta-me agradecer a todos terem aceite o nosso convite e mais uma vez ao Senhor Presidente da Assembleia da República, que nos deu este alento na altura em que o Conselho Nacional de Educação termina uma acção importante em que investiu. Muito obrigado.

Discurso de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação

Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

Senhores Participantes

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Tenho que começar por uma palavra e deveria acabar nela: agradeço ao Sr. Presidente do Conselho Nacional de Educação e à sua Direcção a gentileza que quiseram ter comigo convidando-me a presidir a esta sessão de encerramento. Convidaram-me só a presidir e por isso não estaria obrigado a falar, senão para agradecer. Esta deveria ter sido, pois, também a minha última palavra.

Em todo o caso, permitam-me que faça um comentário muito breve e singelo àquilo que o Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação acaba de apresentar prevenindo-nos de que não se trata de conclusões. São seguramente, diria eu, os pontos de densidade maior do debate aqui levado a efeito ontem e hoje.

Ao ouvi-lo descrever raciocinadamente e com este rigor que todos lhe conhecemos, aquilo que se passou durante estes dois dias, podemos avaliar a importância dos temas abordados e perceber a profundidade do seu debate.

O meu comentário tem a ver com o papel geral da comunicação social nas sociedades de hoje e no sistema educativo em particular.

A comunicação social alterou profundamente a nossa maneira de viver. No trabalho e no lazer, na família e na escola, na educação e na formação profissional, na cultura e na religião – em todas estas esferas da acção humana ocorreram e estão a ocorrer modificações introduzidas pela comunicação social de cujo alcance dificilmente nos poderemos aperceber.

O facto, pela sua extensão e intensidade, justifica já uma nova designação para as nossas sociedades – **as sociedades comunicacionais**. E talvez o indivíduo, ou a pessoa singular, se não encontre suficientemente preparado para viver em sociedades assim. A aceleração histórica provocada pela velocidade da circulação da informação fez romper os quadros de referência tradicionais que garantiam a estabilização do processo social e os indivíduos, até psicologicamente, parecem ter ficado em sérias dificuldades para entender e dominar o seu próprio mundo e para orientar e controlar aí a sua acção. O excesso de informação, o seu constante fluxo e os seus permanentes cruzamentos e misturas aumentam sem cessar a complexidade social e a angústia das incertezas, e preparam, por fim, a dependência das pessoas concretas face aos "*fazedores*" e "*manipuladores*" da comunicação social.

No que concerne à educação, está em causa, desde logo, a ideia de educação que nos vem lá dos gregos: o processo social através do qual o educador procura promover a revelação daquilo que de mais original e de socialmente mais valioso possui dentro de si, o educando. É um processo que, em último termo, visa ajudar cada um a encontrar a liberdade do seu próprio ser e a descobrir a sua forma original de contribuir para o progresso social. Ora, na sociedade comunicacional, esse ideal grego de **paideia** está em sério risco de soçobrar: a

uniformização e padronização – já inerentes a uma certa compreensão do **sistema** educativo, mas depois potenciadas pelos **centros** ou **impérios** da comunicação social, em contínua expansão – são inimigas juradas da **interiorização**, da **diferenciação** e da **individualização** próprias da **liberdade política, cívica e pessoal**.

A esse risco de padronização já o Sr. Presidente do Conselho Nacional de Educação aludiu. Acontece também que o Tratado de Maastricht se preocupou com a criação de condições que obtemperem a tal risco. Diz-se aí, com efeito, que a União Europeia respeitará a identidade nacional dos Estados-membros, os princípios democráticos e os direitos fundamentais – três pilares, digo eu, de tradição cultural da Europa. A União Europeia ou se desenvolve neste caminho ou, então, terá de se dar por encerrada a experiência inaugurada pelos fundadores do Mercado Comum e da UEO.

A uniformização e a padronização, que ameaçam o europeu de hoje, em particular o jovem, atingem esses princípios basilares da nossa cultura e civilização. Mas também há hoje novos meios de luta contra essa forma de escravidão – e um deles é, precisamente, a comunicação social. Basta que ela encare os destinatários dos seus produtos, não como uma **massa**, mas, ao invés, como um **público** (no sentido de Habermas). Então, a sociedade em geral e a comunidade dos educandos em particular terão na comunicação social um instrumento para potenciar a liberdade, a igualdade de oportunidades e a humanização de todas e quaisquer formas do processo social. Em suma: o perigo não está nos meios de comunicação social em si, está em nós. Temos um instrumento novo nas mãos e poderemos usá-lo de

maneiras legítimas ou de maneiras ilegítimas. Eis a nossa responsabilidade.

Ainda me atrevo a uma última nota. No início da história do Estado Constitucional, Montesquieu escreveu que o homem sofre da tentação de levar o seu poder até onde encontrar limites. Ou a sociedade e a sua estrutura estabelecem esses limites aos apetites de poder ou os líderes sociais (políticos, económicos, etc.) avançarão sempre na conquista e alargamento do seu domínio, sufocando cada vez mais o homem-comum. Tal era a lógica profunda do movimento constitucional.

Talvez seja esclarecedor tomar este ensinamento dos clássicos do Estado Moderno e avaliar em função dele o que se passa hoje na comunicação social. Entre nós, na Europa e por todo o Mundo, muitos se interrogam, justificadamente, sobre como podem ser definidos os limites estruturais do "*poder*" no âmbito da comunicação social.

Por mim suponho que a urgente reestruturação deste subsistema social tem de assentar, sobretudo, na autoregulação interna: não é, decerto, unicamente através de altas autoridades vindas de fora, nem por obra de qualquer instituição pública e estadual, que podem ser eficazmente definidas as normas e promovidas as mentalidades que garantam o correcto desenvolvimento do poder na comunicação social. É o próprio corpo dos que aí trabalham e dos que investem nas respectivas empresas que deve tomar para si a tarefa de saber inventar, dentro de si mesmo, os princípios de auto-regulação indispensáveis, para que a comunicação social possa cumprir bem, ajudando a potenciar a liberdade e a dignidade das pessoas e das instituições.

Na sociedade europeia, estamos bastante longe, sob este aspecto, do que se passa nomeadamente na sociedade americana: aqui cabe, em primeiro lugar, aos operadores da comunicação social descobrir, definir, redefinir e moldar permanentemente as regras básicas da sua actuação e com tanta maior atenção quanto maior for a competição entre os grupos.

Dito isto – isto é, dito, por um lado, que a educação pode ganhar muito com os meios de comunicação social, e, por outro, que os operadores dos meios de comunicação social têm de definir as normas e regras deontológicas necessárias à sua profissão – dito isto, dizia, saúdo efusivamente o Conselho Nacional de Educação pela lembrança deste seminário. Acrescento ainda: Senhor Presidente e Senhores Membros do Conselho Nacional de Educação continuem! A discussão, a crítica e o confronto de ideias, em espaços não dramatizados de reflexão, são fundamentais ao processo contínuo de democratização do País que somos.

Muito obrigado pelo convite e muitas felicidades no vosso trabalho.

Palavras Finais do Presidente do Conselho Nacional de Educação

Permitam-me que antes de dar por encerrada a sessão em nome do Senhor Presidente, eu faça três agradecimentos especiais.

O primeiro agradecimento a todos os que quiseram colaborar connosco, todos os conferencistas, comentadores e a todos os membros do painel desta tarde.

O segundo agradecimento para os técnicos da Fundação Gulbenkian que durante estes dias nos fizeram a gravação de todos os trabalhos.

O último agradecimento muito especial ao Senhor Secretário-Geral do Conselho, ao Dr. Emílio Pires, que dum forma menos evidente tem um trabalho extremamente eficaz e que permite verdadeiramente que o Conselho organize e leve a bom termo este tipo de realizações. O agradecimento é para ele e obviamente para todo o Conselho Nacional de Educação, para todos aqueles que à volta do Secretário-Geral levam a bom termo as tarefas que lhes estão cometidas. Muito obrigado ao Dr. Emílio Pires.

